

# CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS

Distribuição de Fruta Fornecimento e Produtos Hortícolas para os Estabelecimentos de Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja para os Anos Letivos 2024/2025 e 2025/2026

Assinada digitalmente por JOSE MARCO RIBEIRO DA SILVA Data: 2024.10.09 14:57:31 BST M.C. A. Gerenda fr. new

Comercio de Frutos, 1 78.



## CONTRAT

CONTRATO Nº

065 2024

MINUTA APROVADA EM

O1 de outubro de 2024

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO

CPREV\_B\_012/2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS

**PARTES** 

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE ESTARREJA

Praça Francisco Barbosa Sede:

3864 001 Estarreja

Endereco de Correio Eletrónico: geral@cm-estarreja.pt

Número de Identificação Fiscal: 501 190 082

Representado por: Vice-Presidente da Câmara, em substituição do Sr. Presidente, por sua ausência

Despacho nº 236/GAP/2021, de 20. outubro do Sr. Presidente da Câmara; alínea a)

do nº 1 e alínea f) do nº 2 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Habilitação: setembro e nº 1 e nº 3 do artigo 106º do Código dos Contratos Públicos [doravante

> ne World Comercio de Frutos, 1 ja.

CA Gerenda A. nu

designado CCP]

Identificação: João Carlos Teixeira Alegria

CC no Dados de Identificação: NIF

SEGUNDO OUTORGANTE: **MADIGUIMA** 

Quinta do Lame Sede:

4835 326 Guin

Endereço de Correio Eletrónico: geral@madiguima.pt

Número de Identificação Fiscal: 503 301 205

Representante Legal Representado por:

Certidão Permanente Habilitação:

José Marco Ribeiro da Silva Identificação:

CC no Dados de Identificação: NIF:

Assinada digitalmente por JOÃO CARLOS TEIXEIRA ALEGRIA Data: 2024.1 AMBITO PORMENORIZADO DISEONÍVEL PARA CONSULTA BOMWW.CH-ESTARREJA.PT

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA PRACA FRANCISCO BARBOSA

T+351234840600

F +351 234 840 607

ASSINTED RESIDENCE POR MARIA DA GRAÇA DA SILVA FRALIGIOM-ESTARREJA.PT GOMES OLIVA FRALIGIOM-ESTARREJA.PT Data: 2024.10.09 16:48:56 BST

Assinada digitalmente por JOSE MARCO RIBEIRO DA SILVA Data: 2024,10,09 14:57:31 BST

MOD. 643 /1

PÁG. 02 /09

#### ATOS HABILITANTES

Considerando: ----

- A decisão de contratar e de escolha do procedimento de Consulta Prévia, tomada por Despacho do Vice-Presidente da Câmara, João Carlos Teixeira Alegria, com competências na Área da Educação, datado de trinta de agosto do ano em curso, exarado na Decisão de Início de Procedimento n.º 040|DIP|2024, dessa data, delegadas pelo Despacho nº 236|GAP|2021, de 20 de outubro, do senhor Presidente da Câmara, Diamantino Manuel Sabina, conjugado com o previsto no artigo 109.º do CCP, republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação e em consonância com o determinado na alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do determinado na alínea f) do nº 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e do disposto no nº 1 do artigo 36.º do CCP. ----
- A decisão de adjudicação, tomada pelo Despacho n.º 320/GAP/2024, datado do primeiro dia do mês de outubro, do Vice-Presidente da Câmara, João Carlos Teixeira Alegria, com competências na Área da Educação, delegadas pelo Despacho nº 236|GAP|2021, de 20 de outubro, do senhor Presidente da Câmara, Diamantino Manuel Sabina, conjugado com o previsto no artigo 109.º do CCP, republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação e em consonância com o determinado na alínea a) do nº 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do constante na alínea f) do nº 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e do disposto no nº 1 do artigo 73.º do CCP.-----
- O subsequente ato de aprovação da Minuta do Contrato, tomada pelo despacho constante na alínea anterior, no uso da competência nela referida e em cumprimento com o previsto na alínea a) do nº Assinada digitalmente por JOSE OM ARCONDENSE SILVASILIMENTE 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/9 Data: 2024.10.09 14:57:31 BST o e conforme o disposto no nº MADEULA Comercio de Frutos, 1 38. f) do nº 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei A.C & Gerenoin fr. nw 1 do artigo 98.º do CCP, republicado pe 10 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação e expressamente aceite pela firma supracitada. ------

É celebrado o presente contrato de Aquisição de Bens, o qual, se rege pelas seguintes cláusulas:

## CLÁUSULAS

Primeira: Objeto

1. O presente contrato tem por objeto principal, o fornecimento e distribuição de fruta e produtos hortícolas para os Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do concelho de

Data: 2024.10.09 16:48:56 BST

GOMES OLIVEIRA

PÁG. 03/09

Estarreja, nos anos letivos 2024/2025 e 2025/2026, em conformidade com o Caderno de Encargos (doravante designado CE), o qual aqui se dá como integralmente reproduzido e, nos termos do CCP, republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação. -----

- 2. A quantidade previsível de hortofrutícolas a fornecer aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, representam um total de 6 (seis) estabelecimentos de ensino, num número previsional global de 141.600 peças/porções de hortofrutícolas durante 30 (trinta) semanas dos anos letivos 2024/2025 e 2025/2026, a distribuir semanalmente, nos estabelecimentos de ensino enunciados na Parte II - Cláusulas Técnicas do respetivo CE - Anexo A - "Identificação dos Estabelecimentos de Ensino". ------
- 3. O fornecimento de pecas/porções de hortofrutícolas, desde a sua aquisição, transporte e distribuição terá de ser executado em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor. ---
- 4. Os bens e a respetiva distribuição deverão respeitar todas as características descritas na Parte II -Cláusulas Técnicas e Anexos do respetivo CE e serem entregues nos locais a indicar pelos serviços do Primeiro Outorgante, após a assinatura deste contrato. -----

#### Segunda: Prazo de vigência/execução do contrato

- 1. O fornecimento de produtos hortofrutícolas, objeto do presente contrato, terá início após a sua
- 2. O fornecimento e respetiva distribuição, em cada estabelecimento de ensino, de porções individuais de fruta e produtos hortícolas para consumo na semana de entrega, pelos alunos, decorrerá durante 30 (trinta) semanas do ano letivo, com exclusão dos fins-de-semana e feriados, bem como nos períodos de interrupção letiva, férias escolares, de acordo com o calendário escolar aprovado pelo Ministério da Educação, assim como outras situações que venham a ser estabelecidas pelo Primeiro Outorgante. ---
- 3. O fornecimento de produtos hortofrutíco escolar 2024/2025 e 2025/2026, definida: de funcionamento dos estabelecimentos de de outubro de 2024 e terminará, previsivelmente, na semana de 25 de maio de 2026. ------

Assinada digitalmente por JOSE MARCIÓ RIBERTODA SIRVANDÁTIO Data: 2024.10.09 14:57:31 BST m função dos períodos letivos nício a partir da semana de 07

- 4. O contrato entra em vigor, no dia seguinte ao da data da sua assinatura, e a partir da data da sua celebração e/ou, após a respetiva publicitação, pelo Primeiro Outorgante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos "base. Gov", como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos. ------
- 5. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da entrega dos bens ao Primeiro Outorgante em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II - Cláusulas Técnicas do respetivo CE, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.-

Comercio de Frutos, 1 ja.

Al A Gerenda h. nw

## Terceira: Locais da execução do contrato

- 2. Durante a vigência do contrato, em virtude do programa de requalificação do parque escolar no concelho de Estarreja, ou de outras situações que o justifiquem, o fornecimento de hortofrutícolas poderá ser cessado em algumas escolas e/ou alargado a outras.
- 3. Em casos excecionais, devidamente justificados pelo Primeiro Outorgante, os bens que constituem objeto deste contrato poderão ser alterados, nomeadamente o alargamento diministração de primero de Estabelecimentos de Ensino e/ou alteração (

  Estabelecimentos de Ensino e/ou alteração (

  Comercio de França, 13.

A Gerencia for new

#### Quarta: Preço contratual

1. Pela aquisição/ fornecimento de bens, objeto deste contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do respetivo CE, o Primeiro Outorgante pagará ao Segundo Outorgante, os bens efetivamente fornecidos, até ao preço contratual de 25.204,80 € (vinte e cinco mil duzentos e quatro euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme consta do Anexo II – [Proposta base e lista de preços unitários (atributo preço)] da proposta apresentada apresentada/adjudicada, datada de quatro de setembro do ano em curso, submetida na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov, às 09:53:31, dessa data, com a referência: MAD\_CMEST\_

- 24\_26, para o prazo de vigência referido na cláusula segunda, correspondendo a um número [estimado] de porções.-----
- 2. O Segundo Outorgante fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, os preços, prazos de entrega, condições de pagamento e demais apresentadas para o fornecimento dos bens, objeto deste contrato e até ao seu final.
- 3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas relativas ao alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de transporte dos bens objeto do procedimento para o respetivo local de entrega, descartáveis em situação de emergência social/humanitária ao abrigo do artigo 3º da Lei 76/2019 de 2 de setembro ou material de acondicionamento biodegradável conforme previsto na Resolução de Conselho de Ministros 141/2018, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licencas.

#### Quinta: Faturação e condições de pagamento

- 1. As faturas a apresentar, após o vencimento da obrigação respetiva e em conformidade com o definido no ponto 4.3 do respetivo CE e para o qual se remete, deverão ser emitidas em nome do Município de Estarreja – Contribuinte nº 501 190 082 e delas fazer constar o número sequencial de compromisso. --
- 2. O pagamento do encargo referido no número da cláusula anterior será efetuado, nos termos do ponto 4.4 do respetivo CE, para o qual também se remete.-----

Sexta: Ajustamentos aceites pelo Segundo Outorgante

Não foram propostos ao Segundo Outorgante quaisquer ajustamentos. ------

Sétima: Prestação de caução e regime de liberação

No presente contrato não foi exigida caução. --

Oitava: Gestor do contrato

-Assinada digitalmente por JOSE MARCO RIBEIRO DA SILVA -Data: -2024:10:09-14:57:31-BST---

1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à sua execução. ------

Comercio de Fruos, 1 ja.

2. Decorrente do constante no número anterior e, no cumprimento do disposto no artigo 290°-A "ex vi" do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 96.º do CCP, o Gestor do presente contrato, afeto ao Primeiro Outorgante, é a Técnica Superior da Divisão de Educação e Desenvolvimento Social - Setor de Serviços de Educação - em sua substituição, a Técnica Superior, dessa mesma Divisão - Setor de Gestão de Equipamentos Educativos endo como função acompanhar

Assinada digitalmente por JOÃO CARLOS TEIXEIRA ALEGRIA Data: 2024, TOTAL 11: TOTAL BOMENOME PARA CONSULTA DE CENTRADO DE CONTROMBADE PARACO.

SGS certificates acreditade CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA PRAÇA FRANCISCO BARBOSA

T+351234 840 600 F 4351234 840 607 permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na sua execução, exceto em matéria de modificação e sua cessação. -----

## Nona: Previsão orçamental e repartição de encargos

- A despesa [estimada] deste contrato para o presente ano económico, é de 4.169,83€ (quatro mil cento e sessenta e nove euros e oitenta e três cêntimos), IVA incluído à taxa legal em vigor, a qual se encontra inscrita no projeto 2021 | A | 20 – Funções Sociais | Educação | Ensino não Superior | Ensino Não Superior – Atividades e Projetos∣ Atividades e Projetos → Programa Municipal de Educação - Aquisição de Bens – Fruta Escolar, do Plano de Atividades Municipais do OM|GOP's 2024-2028 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, sob a classificação económica: 02.01.21 - Aquisição de Bens e Serviços -Aquisição de Bens - Outros Bens. -----
- 2. O presente contrato tem o seguinte número sequencial de compromisso Compromisso n.º 2024/1384, autorizado a 2024/09/24 $\rightarrow$  [(REC] - Requisição Externa Contabilística n.º 2024/1694, datada de 2024/09/23 → (CD) – Contração de Dívida 4950. -----
- 3. A repartição plurianual de encargos no presente contrato foi autorizada por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada a 20/12/2023, que aprovou o OM|GOP's 2024-2028 -Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, encontrando-se registada e contabilizada na aplicação SIGMA SNC\_AP – [CD] - Contração de Dívida acima indicada. -----

## Décima: Resolução de litígios - foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Assinada digitalmente por JOSE MARCO RIBEIRO DA SILVA Data: 2024,10.09 14:57:31 BST competente em razão da matéria e do território anille The

Comercio de Frutos, 1 38. A.C & Gerendia fe, new

#### Décima Primeira: Comunicações e notif

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto as notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra

## Décima Segunda: Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados. ------

PÁG. 07/09

2. A contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicaveis as seguintes regras:
a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal transfere-se para o 1.º dia útil seguinte;
e) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto total ou parcial.
3. O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.
Décima Terceira: Documentos integrantes do contrato
Nos termos do nº 2 do artigo 96.º do CCP fazem parte deste contrato, os documentos que a seguir se indicam, os quais, aqui se dão como integralmente reproduzidos
Décima Quarta: Disposições finais
Foram entregues, pelo Segundo Outorgante, conformes e arquivados no processo adminis  Contratação Pública deste Município, com a se produtos hortícolas para os Estabelecimentos concelho de Estarreja — Anos Letivos 2024/2025 e 2025/2026 - CPREV_B_012/2024, no separador — [Contrato].————————————————————————————————————
<ul> <li>a) Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P Centro Distrital de Braga, a cinco de agosto do ano em curso, válida por 4 (quatro) meses, comprovativa da situação regularizada relaţivamente a contribuições para a segurança social em Portugal;</li></ul>
1 [0418], a cinco de setembro do ano em curso, válida por 3 (três) meses, comprovativa da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

emitidos pela Direção-Geral da Administração da Justiça, a 2024/08/21, válidos até 2024/11, comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo do CCP;	/19, 55·°
d) Certidão permanente da firma em referência subscrita em 23-04-2024 e válida até 23-04-20 com o código de acesso:	
e) Documento comprovativo de inscrição da firma no Registo Central do Beneficiário Efeti emitido pelo Ministério da Justiça — Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.;	
f) Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrat aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 04/2015, de 7 de janeiro	
=== Pelo Segundo Outorgante, foi dito que em nome da sua representada, aceita o presente contrato, co todas as obrigações, obrigando-se a fornecer/distribuir os bens em causa, nas condições exaradas presente e nos documentos que dele ficam a fazer parte integrante e bem assim, nas demais impostas presente.	no
=== Para que conste de documento autêntico oficial e devidos efeitos se lavrou o presente contrato q	ue da or
Estarreja, aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro	

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE

[assinado via plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov"]

A Oficial Público:

am Dat Linia Comercio de Frutos, 1 3a. A.C A Gerenois fr. nw

Assinada digitalmente por JOSE MARCO RIBEIRO DA SILVA Data: 2024.10.09 14:57:31 BST

CPrev\_B\_0012|2024 - Contrato no 065|2024

Registado no livro próprio, sob o nº 069 2024, em 04/10/2024 - Página 9.

SGS

Data: 2024.10.09 16:48:56 BST